

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Índio do Povo (O.P.)

Class.: 153

Data: 22 de fevereiro de 1989

Pg.: _____

Índios Kayapós se revoltam

190
O governo brasileiro não abre mão de construir uma usina hidrelétrica a 60 quilômetros de Altamira. O diretor de planejamento e engenharia da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, só anunciou ontem no I Encontro da Nações Indígenas do Xingu, que o projeto não se chamará mais Carará, um grito de guerra sagrado e milenar dos kayapós. A reação indígena foi fulminante: o kayapó Ute, tio do líder Paulino Paiakan, saltou da compacta platéia indígena de bordura em riste e agitou-a próxima ao rosto do diretor da Eletronorte. Munidos depois, Tuira, uma prima de Paiakan, veio na direção de Muniz Lopes com um terçado — facão usado por mateiros e pequenos agricultores da Amazônia — e chegou a deixá-lo a centímetros do nariz do diretor.

“O que é energia? Para nós, ela só traz morte e destruição”, clamava Ute em sua língua, empunhando freneticamente a arma. Foram momentos tensos. As autoridades remexiam-se desconfortavelmente nas cadeiras, enquanto as centenas de índios presentes ao encontro gritavam e arremetiam para cima bordunas, arcos, flexas e lanças. Até o deputado ecológico Fabio Feldman (PSDB-SP), sentado ao lado de Muniz Lopes, ficou em expectativa. Ele vai organizar um movimento no Congresso Nacional para votar contra a construção da hidrelétrica. Com a nova Constituição, o Governo depende do aval do Legislativo para tocar em frente seu projeto energético.

As dezenas de jornalistas estrangeiros fotografavam e cochichavam intensamente, mas não entendiam o que estava se passando.

Jorge Terena, assessor de assuntos indígenas do Ministério da Cultura e da Comissão de Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura e da Comissão Organizadora do encontro, começou a traduzir em inglês a con-

fusão, quando o som do microfone sumiu. Foi meia hora de fervura no caldeirão, durante a qual os índios mostravam impaciência, sentando-se e levantando-se incessantemente em grupos, de armas em punho e soltando gritos.

Quando o microfone voltou a funcionar, Tuira novamente apareceu com seu terçado. O diretor da Eletrobrás retomou sua fala logo depois, tentando explicar que a empresa ainda está elaborando o relatório de impacto ambiental do projeto, quando vaias de ecologistas o interromperam novamente. Ai, Paulinho Paikan interveio.

Assim, Muniz Lopes prometeu que nem a hidrelétrica próxima de Altamira, nem nenhum outro projeto da Eletrobrás, a partir de agora, será batizado com nomes indígenas. Os índios aproveitaram, então, para demonstrar ao vivo o que representa “Carará”. Primeiro, todos se levantaram, entoando “cararaoooo” e agitando suas armas. Depois o cacique Tatu-Pombo, sozinho, fez uma encenação do que poderia acontecer com um branco que o provocasse com esta palavra. De lança na mão, ele a balançou seguidas vezes na direção do chão e, virando ao contrário, batia como se estivesse massacrando um crânio humano.

“Morte, guerra, matança, destruição”, é isto que representa carará, dizia calmamente Paiakan. Esta cena antecedeu um discurso emocionado do xavante Benjamin. Para ele, a construção da hidrelétrica, como quer o Governo, não representa desenvolvimento. “Por que o Governo não melhora Altamira? Isso aqui parece uma cidade-fantasma, cidade-favela, a estrada é péssima. Nas cidades, há homens brancos morrendo de fome. Para os índios, faltam escola, hospital, falta demarcar as terras, e energia não é desenvolvimento para o Brasil: é só para enriquecer empresários e comerciantes”.



Índio passa o facão rente ao rosto do presidente da Eletronorte

Ecologista critica Governo brasileiro

O engenheiro agrônomo e ecologista José Lutzemberger, que recentemente recebeu o Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, disse ontem, em Belém, que não passam de “uma safadeza” os comentários feitos por representantes do Governo brasileiro sobre a ameaça de internacionalização que estaria por trás das propostas feitas no exterior para preservação dos recursos naturais da Amazônia. Lutzemberger disse que no ano passado esteve sete vezes na Europa e outras duas na América do Norte e nunca ouviu falar sobre proposta de internacionalização da Amazônia. “O que existe é uma preocupação com a incapacidade do Governo de conter a devastação da região”.

José Lutzemberger, que participou, ontem em Belém, do “Tribunal

Amazônico da Natureza — o Estado brasileiro no banco dos réus”, afirmou ainda que, ao contrário do que diz o Governo, não está ocorrendo na Amazônia uma política de desenvolvimento, mas sim “uma guerra de rapinas” de forças externas à região, uma aliança entre o sul industrial e a tecnocracia internacional. “O que está havendo no exterior é medo diante do que está acontecendo na região. A pressão é para que o Governo proteja a região, ninguém está querendo tirar nada, isso é safadeza do Governo”.

Ele mostrou-se ainda revoltado com a continuidade da devastação amazônica, citando dados de 1987 do Inpe referentes à queimada de uma área de 210 mil quilômetros quadrados. Segundo Lutzemberger,

no ano passado, a queimada foi pelo menos 50% maior que a do ano anterior. “A taxa de devastação é tão grande que por volta do ano 2.000 a 2.010 teremos situações irreversíveis, com a mudança do clima no mundo”, disse o ecologista gaúcho. Ele defendeu o fim dos incentivos fiscais para a região, “utilizados para derrubar a floresta e plantar capim”.

O presidente da associação gaúcha de proteção ao ambiente natural fez também duras críticas à construção das barragens das hidrelétricas na Amazônia. Para ele, essas barragens só servem aos grandes empreendimentos, “para servir meia dúzia de tecnocratas e de políticos corruptos”.